



Anais da Assembléia

N.º 98

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE AGOSTO DE 1979.

ANO V

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

Resolução:

RESOLUÇÃO N.º 160/79

DATA: 24 de agosto de 1979

SÚMULA: Autoriza a devolução de processos submetidos à consideração da Comissão de Tomada de Contas quando independam de deliberação do Poder Legislativo e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do Artigo 29 da Constituição Estadual, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Fica a Comissão de Tomada de Contas autorizada a devolver à origem os processos submetidos à sua consideração e que independam de deliberação do Poder Legislativo, após seu exame e aprovação.

Parágrafo único — A Secretaria da Comissão de Tomada de Contas, encaminhará mediante protocolo aos interessados os processos aprovados e manterá, devidamente arquivados até o término da Legislatura, os pareceres, juntamente, com as respectivas Atas das quais constem as suas aprovações.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 24 de agosto de 1979.

(a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

Presidente

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE AGOSTO DE 1979

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguialdo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpellini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N.º 92/79

Curitiba, 17 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio de auxílio e cooperação n.º 149/79, celebrado em 31 de julho de 1979, entre o Governo do Estado e o Município de GRANDES RIOS, com interveniência da Secretaria de Estado do Planejamento e da Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 93/79

Curitiba, 17 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do termo aditivo datado de 22 de dezembro de 1978, ao convênio celebrado em 27 de setembro de 1978, entre o Governo do Estado e o Município de PIRAQUARA, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visando aplicação de recursos financeiros da referida Coordenação em obras que objetivam o desenvolvimento urbano do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

MENSAGEM N.º 94/79

Curitiba, 17 de agosto de 1979.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva revogar o parágrafo único, do artigo 142, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, introduzido pela Lei n.º 6762, de 23 de dezembro de 1975 e modificado pela Lei n.º 7.071, de 28 de dezembro de 1978.

A inclusa cópia autêntica do Ofício n.º 2730/79, de 28 de junho de 1979, contém, com o necessário detalhe, esclarecimentos sobre a necessidade e oportunidade da adoção da medida ora submetida a exame dessa augusta Assembléia Legislativa.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero

Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) NEY BRAGA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Fica revogado o parágrafo único, do artigo 142, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, introduzido pela Lei nº 6762, de 23 de dezembro de 1975 e modificado pela Lei nº 7.071, de 28 de dezembro de 1978.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ao Departamento Legislativo.

Ofício:

Sob o n.º 569-CM/79, do Senhor Reginaldo Calliari, Presidente da Câmara Municipal de União da Vitória, em atenção ao que foi requerido pelo Vereador Décio Pacheco, servimo-nos deste expediente para encarecer junto a Vossa Excelência e demais nobres componentes desta Assembléia, sejam movidas gestões de apoio à reivindicação do nobre Vereador Décio Pacheco, o qual pleiteia junto ao Ilustríssimo Senhor Diretor do DETRAN do Paraná, para que seja extinto o atestado de Antecedentes Criminais recentemente introduzido por órgão. Atestado este expedido pelo Instituto de Identificação do Paraná, na Capital do Estado, para a obtenção da Carteira de Habilitação, sugerindo que tal atestado seja expedido pelos Foruns locais. — Ao conhecimento da Casa.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N.º 123/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DO PEQUENO TRABALHADOR DE PARANAGUÁ, com sede e foro na cidade de Paranaguá.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA:

Através dos documentos anexos, consubstanciados na cópia de Certidão dos Estatutos, declaração do Senhor Juiz Adjunto de Menores, atestado firmado pelo Senhor Prefeito Municipal e o relatório das atividades desenvolvidas durante o ano de 1978, ficam evidenciadas a justeza do presente projeto de lei.

Trata-se de entidade que vem desenvolvendo obra das mais meritórias, de caráter beneficente e assistencial, destituída de fins lucrativos.

Estamos certos de que a propositura merecerá o acolhimento por parte dos ilustres Pares.

PROJETO DE LEI N.º 124/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica considerada de utilidade pública a APMI - ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA, de Contenda, com sede e foro na cidade da Lapa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO

JUSTIFICATIVA.

Através dos documentos anexos, consubstanciados na cópia da Certidão dos Estatutos, atestado firmado pelo Senhor Prefeito Municipal, lei que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância do Município de Contenda, atestado da composição de sua Diretoria, atestado de remuneração da mesma e relatório das atividades desen-

volvidas.

Ficam evidenciadas a justeza do presente projeto de lei. Trata-se de entidade que vem desenvolvendo obra das mais meritórias, de caráter beneficente e assistencial, destituída de fins lucrativos.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). -- Está finda a leitura do Expediente.

Não há oradores inscritos para o Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, inscritos mas, ausentes os Srs.

Deputados: Mário Celso, Nilso Sguarezi, Gilberto Carvalho, Trajano Bastos, Nilton Friedrich, Leônidas Chaves, Edilson Alencar, Fiori Luiz, Tadeu Lúcio Machado, Nestor Baptista, Nelson Buffara, Valduga, Gabriel Manoel, José Tavares, Agui-naldo Pereira Lima, Ailton Córdeiro, Luiz Alberto Cliveira e Adalberto Daros.

Havendo declinado os Srs. Deputados: Gernote Kirinus, Palácios, Lineu Turra, Fidelcino Tolentino, Adalberto Daros, João Elísio, Cyro Martins, Antônio Facci, Werner Wanderer e Renato Bueno.

Declinam e solicitam nova inscrição: Erondy Silvério, Lázaro Dumont e Túlio Zanchet.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Deni Schwartz, inscrito.

O SR. DENI SCHWARTZ — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governo do General Baptista Figueiredo criou o Ministério que só no Brasil poderia ser criado: o Ministério da Desburocratização. E o Paraná foi brindado com a presença nos últimos dias do seu Ministro. Ministério da Desburocratização. A que ponto chegamos nesta Pátria! As Leis de Parkinson, como nunca, aqui estão sendo aplicadas. Ministério da Desburocratização. Como se a desburocratização fosse um fato nascido apenas pela vontade do Governo ou pela vontade do povo. Absolutamente, Senhores Deputados. A burocratização apareceu, como apareceu a tecnoburocracia, graças ao sistema político vigente nesta Pátria, porque não é apenas nas... O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. DENI SCHWARTZ — ... entidades estatais que a burocracia pesa e pesa muito. A burocracia hoje é encontrada em qualquer botêquim de esquina. Ontem mesmo, tive oportunidade de esperar trinta minutos para comprar um pedaço de mármore igual a esse. Hoje, leva-se um automóvel a uma oficina especializada, tem o recepcionista, tem a moça do cafezinho, tem o chefe da oficina, tem o cidadão que vem querer vender um outro automóvel, para depois chegarmos ao mecânico.

A burocracia não é fruto apenas de uma vontade de termos burocracia. A burocracia é fruto de um sistema político e no meio estatal é fruto de um empreguismo deslavado, empreguismo dos menos capazes: paga-se pouco o funcionário, tem-se que pagar outros funcionários para fiscalizar aqueles que não tem competência. Essa é a grande verdade neste País. Aí, criamos o Ministério da Desburocratização. Parece até brincadeira!

Concedo o aparte a Vossa Excelência.

O Sr. Erondy Silvério — Agradeço a Vossa Excelência, embora tenha passado a oportunidade, mas Vossa Excelência fez uma afirmativa nesta Casa, que não condiz com o elevado grau de cultura que possui com a politização, com a serenidade e com o equilíbrio com que Vossa Excelência sempre se houve nesta Casa.

Vossa Excelência disse na oportunidade, que a burocracia existente no País, é resultante do atual sistema político vigente e Vossa Excelência está cometendo uma injustiça. Eu admito a Oposição. Acho que a Oposição é válida e necessária, as críticas ao Governo devem partir não somente da bancada do MDB, mas da própria ARENA, quando o Governo fizer por merecê-las, mas Vossa Excelência faz uma afirmativa aqui que, repito, não condiz com a inteligência de Vossa Excelência e Vossa Excelên-

cia sabe que nós herdamos dos nossos avós portugueses o gosto pelo manuseio dos papéis, pois isto vem do Brasil Império; pelo contrário, o atual Governo do Presidente João Figueiredo, não criou o Ministério. Apenas convidou uma das inteligências límpidas desse País, para que num ministério sem pasta, digamos, pudesse oferecer ao Governo Central e aos Governos Estaduais, sugestões válidas para simplificar a vida do brasileiro. Onde é que está o pecado do Governo? Não tem. Então, Vossa Excelência cometeu uma injustiça. Nós herdamos dos nossos avós portugueses, o manusear dos papéis. O que nós temos aqui, é que o brasileiro não tem a coragem de assumir as responsabilidades dos seus atos. Isto vem do Brasil Império, do Brasil Colônia. Estendeu-se através dos tempos e está aí a infernizar a vida da Nação.

Acho que a Oposição, neste particular, deveria louvar o Governo Federal pela grande preocupação que demonstra em procurar pelo menos amenizar os tentáculos da burocracia neste País. Eu agradeço a Vossa Excelência.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu respondo ao Líder, Deputado

Erondy Silvério, dizendo que tinha inclusive, escrito a respeito das declarações do Ministro Hélio Beltrão, de que essa burocratização, essa burocracia é uma herança. Não concordo, porque na verdade, não é apenas o Brasil e o sistema capitalista que a burocracia é feita, pois as maiores críticas que se fazem ao regime semi-socialista da União Soviética é exatamente a burocracia lá existente.

Portanto, não é...

O Sr. Erondy Silvério — Talvez eu não enfoquei bem o problema quando disse que herdamos dos nossos avós portugueses. Eu não quis dizer que em consequência de sermos Colônia de Portugal, que nós vivemos durante séculos sofrendo na carne os males da burocracia.

Eu disse que nós herdamos de nossos avós portugueses, porque simplesmente fomos colonizados por Portugal. Eu sei que em outros países, também existe a burocracia. Mais uma razão para que se louve o Governo Federal de tentar, aqui no País, pelo menos amenizar os males da burocracia, não acredito que ela termine.

O SR. DENI SCHWARTZ — Vossa Excelência exatamente confirma o que pretendemos dizer durante o nosso pronunciamento. Exatamente contestarmos o Ministro Hélio Beltrão de que não é uma herança colonial, e sim por estarmos vivendo um momento de transição social. A burocracia hoje existente no Brasil, como existente em outros países, é fruto da transição social em que vivemos. É esta a nossa afirmativa contestando o Ministro Hélio Beltrão, de que seja uma herança colonial.

A burocracia aqui existente, existe em todos os países com sistemas capitalista e mesmo semi-socialistas, como é o caso da União Soviética.

O Sr. Waldyr Pugliesi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento do orador).

Nobre Deputado Deni Schwartz, eu concordo até certo ponto com a afirmativa do nobre Líder da ARENA, de que a burocracia é uma herança. Mas, nós precisamos deixar bem claro aqui também, que foi a partir de 1964, com um regime fechado, desconfiado de tudo e de todos que eles fizeram uma grande centralização.

O Governo que se instalou não confiava no funcionalismo público, a verdade é essa. Não confiava nos milhares de funcionários que achava que estavam todos eles ligados à antiga ordem. E foi concentrando tudo.

Quer dizer, as decisões só eram tomadas na última hierarquia, na hierarquia superior. E isso, no nosso entendimento, é que provocou todo esse aparato burocrático que emperrou a vida da Nação.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Eu iria mais longe, Deputado Waldyr Pugliesi, saindo do roteiro que havia escrito, in-

clusive para afirmar que o Brasil vive um momento de estranha vergonha internacional por causa da burocracia. E que não será sanado por aqueles que têm interesse de manter a burocracia, como é legítimo representante o Sr. Hélio Beltrão.

Legítimo representante deste estado de coisas que vive o Brasil. Refiro-me ao acordo Brasil-Alemanha, acordo nuclear, que muito lucidamente um editorialista da revista "Veja", colocou a demonstrar que, na verdade, ninguém é responsável pelo acordo nuclear Brasil-Alemanha; é um acordo sem responsáveis.

O então Ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki disse que era problema técnico, que os técnicos resolviam. De repente, um tecnoburocrata, menos avisado, pôs um carimbo de "secreto", no acordo nuclear Brasil-Alemanha.

Muito bem, passou a ser secreto no Brasil, mas não o foi para centenas de alemães, sócios das firmas particulares, que venderam as quinquilharias das usinas atômicas no Brasil. Foi secreto para nós, Parlamentares, foi secreto para o Senado Federal, por causa do carimbo "secreto". Foi "secreto" a tal ponto, que a abertura se fechou; porque foram confiscar a edição da "Gazeta Mercantil", porque aquilo que era do conhecimento de centenas de alemães, de funcionários subalternos alemães, não podia ser do conhecimento do brasileiro, porque estava sendo espoliado, como nós estamos sendo espoliados no acordo atômico com a Alemanha.

Graças à burocratização, o Sr. Shigeaki Ueki já disse que não tem culpa, que a culpa foi dos técnicos que assim fizeram e que ele apenas assinou. Como ele, simples Ministro, não tem culpa, há de se convir que também o ex-Presidente Ernesto Geisel, vai dizer: "bom, eu também não tenho culpa, porque confiava no Ueki"; o Ueki confiava no técnico, o técnico confiou no contínuo que bateu carimbo de "secreto".

E, por isto, Srs. Deputados, é que agora se cria o Ministério da Desburocratização. Cria-se o Ministério da Desburocratização, talvez, para que nós, Legisladores desta Casa, possamos saber coisas simples como soube ontem, na Associação dos Agrônomos do Paraná, quando tive a oportunidade de ver e ouvir do Diretor-Presidente da Braskraft, uma descrição sobre a fábrica que pretendem implantar no Paraná. Coisa que aqui nesta Assembléia não foi possível saber. Porque parece que o Governo tinha medo de contar, porque pretendeu e porque convidou a Braskraft para vir ao Paraná.

Entem, o Sr. Diretor-Presidente da Braskraft nos afirmou, a mim, ao Deputado Pugliesi, ao Deputado Tavares, que eles foram convidados para virem ao Paraná.

Vejam como mudam as coisas! Mas, o requerimento do Deputado Waldyr Pugliesi não pode passar nesta Casa, tal qual o acordo atômico com a Alemanha não pôde passar no Senado e no Congresso Nacional.

Onde estamos, Srs. Legisladores, que não podemos saber? Nós, que também somos Governo. Porque Governo não é só Executivo, é o Judiciário, é o Legislativo. Nós não sabemos às quantas andam as coisas neste País!

O Sr. Palácios — Um aparte, nobre Deputado?

O SR. DENI SCHWARTZ — Não sabemos e, portanto, não governamos. Quem nos governa, talvez seja esta burocracia. Tenho as minhas dúvidas, que o burocrata-mor, Hélio Beltrão, tenha condições para saná-la. A tal ponto, Srs. Deputados, que aqui mesmo, no Paraná, os Srs. sabem o que faz a RADIPAR? Os Srs. sabem dizer-me o que faz a MINEROPAR? E tantos outros "PAR" que estão por aí? Vamos somar, é a CAFÉ DO PARANÁ, é ACARPA, EMATER, IAPAR, tudo isto desdobrado de simples Secretaria da Agricultura que, há alguns anos atrás, distribuía até gratuitamente, sementes, e hoje, se tem uma estrutura tremenda. Está para vir para esta Casa a Secretaria de Comunicações. E falam em desburocratização... Tem o aparte, nobre Deputado.

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a gentileza de Vossa Excelência e pretendia ter solicitado antes o aparte, mas, já me havia afirmado Vossa Excelência pessoalmente, o que acabou de dizer na tribuna, que ontem, em uma reunião da Associação dos Agrônomos do Paraná, ficou sabendo de coisas que não pôde saber antes, por solicitação de esclarecimentos, através de um requerimento votado nesta Casa.

Todavia, pode-se até ter cometido um erro. Mas um erro pode se reparar a qualquer tempo. E resta-nos sempre mais uma forma de obter os esclarecimentos necessários. E, depois de amanhã, sabe Vossa Excelência, se propuseram os Secretários da Indústria e Comércio e o do Interior, a virem nesta Casa, para na CPI da Ecologia, prestar os esclarecimentos necessários e lá, nós teremos oportunidade de elaborar ou fazer as perguntas esclarecedoras, cujas respostas poderão nos dar mais ou menos luz, conforme elas forem dadas, evidentemente.

Mas, com relação à burocratização ou desburocratização, eu pretendo discordar em parte de Vossa Excelência com relação à atitude do Ministro Hélio Beltrão. Porque se esse Ministro tomou esta posição; se veio mesmo ao Paraná hoje, para aqui fazer uma palestra e pedir a ajuda de todos, é porque ele é apenas um Ministro e não um Ministério. E ele, dependendo da ajuda que cada um dos homens responsáveis por uma parte do Governo, ou por uma parte da burocratização, ou da burocracia, não poderemos eliminá-la, a curto, a médio e a longo prazo. Parece-me que a longo prazo é uma questão de formação que nós só conseguiremos através das gerações; porque ela deverá ser iniciada nos bancos escolares. E a curto e a médio prazo nós temos que procurar a solução, senão definitiva, pelo menos que seja atenuante. E se o próprio Governo reconhece que há a burocracia entavando o desenvolvimento desse País, se o próprio Governo reconhece e toma atitudes para que se diminua pelo menos, se não conseguimos extingui-la, acho que é uma atitude elogiável de nossa parte e não uma atitude merecedora de críticas, porque se o próprio Governo, que tem, que é um daqueles que impõe e que mantém a burocracia, parte para a desburocratização, nós temos que cumprimentá-lo, porque ele está reconhecendo um erro. E ele quer corrigir esse erro. Vossa Excelência afirmou muito bem, antes, quando disse que estamos numa fase de transição. E, é verdade, muitas afirmativas de Vossa Excelência, de que a burocracia trouxe realmente danos, principalmente à pequena empresa, porque esta não dispõe de meios suficientes, de funcionários suficientes, para fazer face às exigências burocráticas, como têm as grandes empresas. E por isso mesmo, creio que a desburocratização seria uma forma de dar oportunidade às pequenas empresas que, geralmente, são nacionais, de surgirem e crescerem e para que se tornem amanhã, grandes empresas nacionais, para fazer frente às multinacionais.

Nesse sentido, Sr. Deputado, eu o cumprimento pela forma que levantou o problema, mas discordo em alguns pontos que já foram enunciados. E quero, nesta oportunidade, se me permitir Vossa Excelência, deixar consignado aqui os meus cumprimentos ao Governo Federal por ter procurado corrigir um erro que existe. Não importa para nós, se ele venha desta ou daquela geração, ou de quem é a culpa. O que importa é corrigir o erro, para que não continuemos naquela forma errada de que cada vez que encontremos o problema, mudemos de tática para que evite-se novos erros.

Esta também é uma das formas de desburocratização.

E como uma das informações, o Governo, a pedido do próprio Judiciário, determinou que fossem arquivados todos os processos judiciais que são em torno, aproximadamente, de quinhentos mil, que tivessem valores inferiores a Cr\$ 1.000,00, porque qualquer processo dessa natureza custaria muito mais ao próprio Judiciário.

Agradeço a Vossa Excelência e o cumprimento, porque Vossa Excelência tem procurado sempre trazer a esta Casa, os

problemas de uma forma mais séria possível.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte e diria que o problema de desburocratização não é de Ministro, é um problema nosso.

O que nós, 58 Deputados fizemos até agora, para acabar com cerca de dez Comissões Permanentes desta Casa que nunca funcionam? O que nós fizemos para não apresentarmos nesta tribuna, projetos nitidamente inconstitucionais? O que nós já fizemos para impedir que para esta Casa viessem centenas, senão de milhares de convênios para referendarmos, convênios assinados às vezes há um ano atrás? O que nós, 58 Deputados fizemos? O que nós fizemos, Srs. Deputados, fizemos para impor ao Executivo, projetos de leis aprovados aqui dentro desta Casa, aprovados nas Comissões Técnicas e que voltam com veto? Quantas vezes um veto foi rejeitado? E isso é burocracia. Isso passa a ser burocracia, porque ficamos a gastar a maior parte do nosso tempo e também tempo dos funcionários desta Casa, por exemplo, burocraticamente, como se burocratas fôssemos.

O que fizemos para impedir que a MINEROPAR tivesse vida? O que nós fizemos para que a EMOPAR não passasse nesta Casa? EMOPAR que agora constrói para alguns, mas não constrói para o Judiciário, por exemplo?

O que nós Deputados fizemos para impor ao Judiciário que as suas obras fossem feitas pela EMOPAR? Isto é burocracia. Criamos uma repartição, repartição esta que está sem finalidade, ou, pelo menos, não cumpre todas as suas finalidades.

Quantos diretores tem a MINEROPAR e quantas minas foram detectadas por ela?

O que faz a RADIPAR, além de ter um General que perdeu as eleições, na sua Presidência, e, inclusive, sendo um antigo Parlamentar não tem o respeito para com esta Casa, porque este Deputado há mais de sessenta dias, portanto, trinta dias mais do que o período constitucional, pediu uma informação àquele General e, até hoje, não recebeu, General Agostinho Rodrigues.

Para que RADIPAR se ela serviu somente para uma coisa: pegar um patrimônio, fruto do esforço de uma coletividade inteira do Sudoeste, a televisão, para que hoje, depois que passou para a RADIPAR, eles, simples e puramente, acabarem com a televisão na minha região, e os municípios mais longínquos do Sudoeste não terem mais, porque agora está na mão da RADIPAR.

O que nós fizemos para acabar com isso?

Na verdade, temos feito muito pouco. Não são coisas de Ministros, são coisas de consciência, e acabará a desburocratização no País, no momento em que se admita, isso é que é verdade, o controle popular das coisas do Estado. É isto que tem que ser dito. Enquanto os Parlamentos continuarem sendo um verdadeiro ninho de papagaios a ouvirem a sua própria voz; enquanto nós realmente não formos ouvidos, como Representantes do povo; enquanto nós, também não ouvirmos este povo, não adiantará gênio algum com lâmpadas milagrosas para salvar a democratização.

Ficará o Governo sem dono. Ficará o Sr. ex-Presidente Geisel dizendo que não sabia do acordo, passando para o Sr. Ueki e o Sr. Ueki passando para os técnicos, e os técnicos passando para os contínuos, porque, na verdade, ninguém é "responsável".

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um novo aparte? (Assentimento). — Vossa Excelência disse bem o que fizemos e o que podemos fazer.

E, hoje, ouvindo a primeira parte da conferência do Ministro Hélio Beltrão, ele foi bem claro, não teve intenção nenhuma de colocar na posição de gênio. Mas, ele iniciou o processo e disse muito bem: "Eu não sou um Ministério, sou apenas um Ministro, mas é importante que todos colaborem no

processo desburocratizante”.

E por isso mesmo que cai e veste muito bem a sua pergunta: “O que é que fizemos?”

Agora, “o que fizemos” não é bem o caso. Seria o caso de se dizer o que é que poderemos fazer daqui para frente?

Já que a bandeira foi levantada por aquele Ministro que não veio aqui para dizer que vai desburocratizar, mas que ele é a favor de levantar essa bandeira que todos devemos segui-la.

Por isso, todos somos responsáveis e Sua Excelência fez questão de frisar, alto e bom som, que não quer ser o dono exclusivo da matéria.

Muito obrigado.

O Sr. Lineu Turra — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Deni Schwartz, acho que Vossa Excelência está com inteira razão. A mim, parece que esse negócio de desburocratização é mais uma demagogia em cima de um monte de demagogias. Porque, veja bem, esse Ministro que está pelo Brasil falando em desburocratização, está, nada mais, nada menos, do que cumprindo uma missão de levar o nome do Presidente da República como um populista nacional.

Já começou a demagogia através desse Ministério da Comunicação. Ministério que não tem nada o que fazer a não ser promover aqueles que devem ser promovidos para aparecerem aos olhos do povo como salvadores da Pátria.

Agora, há pouco, ouvíamos do Deputado Palácios que desburocratização era aquela autorização para, no Judiciário, arquivarem-se processos até Cr\$ 1.000,00. E fizeram um grande alarde com isso, como se isso fosse uma grande medida. Quando já a lei bem anterior, do Imposto de Renda, que talvez o nobre Deputado desconheça, já em 64, mandava arquivar processos de Cr\$ 300,00, àquela época. Até Cr\$ 300,00, todos os processos de IR que estivessem no Judiciário, ou em vias administrativas, deviam ser arquivados.

Portanto, não vejo nada de desburocratização, medida que deva ser tão alardeada como uma grande medida.

Para mim é mais uma demagogia em cima de um monte de demagogias que existem neste País.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço os apartes dos nobres Deputados Palácios e Lineu Turra.

Realmente, esta era a breve introdução de meu pronunciamento que deveria ser breve. Porque, muito mais que o interesse da desburocratização está o interesse demagógico, porque, na verdade, há muito tempo, há muitos e muitos anos, um dos temas preferidos do povo brasileiro é a crítica à burocratização, é o pedido à desburocratização. Este tema foi encampado e está sendo demagogicamente distribuído pelo País. Só haverá desburocratização no momento em que haja possibilidade de que o povo, através dos seus Representantes possa exigir trabalho daqueles responsáveis pelo setor público, e mesmo, diga-se de passagem, há necessidade de um reestudo até nas empresas particulares, porque cada vez mais, fica difícil até uma simples compra em qualquer loja. Cada vez mais, está mais burocratizado. Até para ser atendido por um médico, muitas vezes temos que passar por uma, duas ou três pessoas.

Esse pessoal todo, essa massa toda não produz nada e consome em detrimento daquele lavrador ou daquele trabalhador da cidade.

Essa massa toda precisa ser reciclada, senão nós teremos cidades enormes, com serviços terciários enormes, mas sem produção, sem possibilidade de uma divisão correta de renda.

Como a Liderança cedeu-me cinco minutos...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa informa que está esgotado o tempo de Vossa Excelência. Consulta a Liderança do MDB. A Mesa concedo ao nobre Deputado, mais dois minutos, segundo a Liderança, para Vossa Excelência concluir o seu pronunciamento.

O SR. DENI SCHWARTZ — Que eu concedo com muita satisfação, ao Deputado Luiz Alberto.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira — Deputado Deni Schwartz, não tive oportunidade de ouvir integralmente o seu pronunciamento, mas com referência à desburocratização, que é o tema em pauta, na vida brasileira, creio que realmente o Ministro Hélio Beltrão não merece críticas pela sua pregação em favor de uma medida tão ambiciosa pelos brasileiros, especialmente dos brasileiros mais simples, que vêem na burocratização, um verdadeiro monstro, com as suas entranhas a atrapalhar a vida do simples cidadão brasileiro.

Vossa Excelência como esta Casa sabe, a burocratização no País é até uma herança nossa. O professor Raimundo Faoro em seu livro já célebre, “Os Donos do Poder”, faz a análise histórica do problema da burocratização do Estado brasileiro, herança advinda até dos nossos próprios colonizadores.

Mas o que eu queria fazer, de uma maneira especial a esse breve aparte, referência, a que nós mesmos Deputados, é que muitas vezes, contribuimos, sem perceber, para que este Poder Legislativo se esvazie.

Vossa Excelência que fez da tribuna, do processo de esvaziamento da função legislativa, disse que esta Assembléia, nos últimos tempos, praticamente nada tem contribuído para o aperfeiçoamento de leis e que nós nos resumimos aqui à apreciação de vetos e ao rolo compressor do Governo.

Isso pode ser quase que totalmente verdade, mas eu não diria que ela é a verdade por inteiro. Tivemos discussões muito grandes aqui neste Parlamento, para aperfeiçoar algumas leis. Mesmo a EMOPAR que veio, reconheço, com graves defeitos de origem, foi neste Parlamento aperfeiçoada. A transformação, por exemplo, da ACARPA em EMATER, foi um trabalho legislativo que eu reputo dos mais válidos deste Estado.

Tenho, na Comissão de Constituição e Justiça, da qual tenho o prazer de fazer parte, juntamente com Vossa Excelência, visto alguns projetos de extrema relevância para o Estado do Paraná, como um apresentado pelo Deputado Antônio Facci, que visa estabelecer um prazo de permanência para os membros do Tribunal de Contas, no exercício daquelas funções, mas afora a crise do Poder Legislativo, que reflete em última análise, a crise da democracia no Brasil e a crise da democracia talvez seja uma decorrência da crise da Lei neste País; nós temos aqui na Assembléia e Vossa Excelência mesmo tem se constituído num dos baluartes deste princípio de discussão de altos e relevantes interesses do Estado do Paraná. Temos transformado esta Assembléia através de C.P.Is., através de depoimentos, através de Comissões Especiais, em foruns de debates dos problemas paranaenses.

Portanto, julgo que Vossa Excelência não está sendo justo nem com a sua atuação parlamentar, nem com a atuação da sua bancada, e nem com a atuação da bancada da ARENA.

O SR. DENI SCHWARTZ — Agradeço o aparte do Deputado Luiz Alberto Oliveira e agradeço a atenção da Presidência. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra no horário restante do Movimento Democrático Brasileiro, ao nobre Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente e Srs. Deputados. Somos inteiramente favoráveis à liberdade de imprensa, e é um pressuposto básico dos regimes democráticos de que a imprensa seja totalmente livre.

Ocorre Sr. Presidente, que esta liberdade de imprensa não pressupõe os jornais poderem, quando é vontade do dono do jornal, poderem e fazerem divulgar notícias totalmente mentirosas e inverídicas.

Tenho em mãos, Sr. Presidente, o número do jornal “O Paraná”, de Cascavel, de 19 de agosto, em que estampa na primeira página a fotografia de um Sr. Deputado desta Casa, com a seguinte manchete: “Fidel, Professor de Deus”.

E diz a notícia: "O Deputado Fidelcino Tolentino, é considerado pelo Comitê de Imprensa da Assembléia, como o Parlamentar mais chato do Legislativo Estadual, pois além de ser um Deputado nota zero, totalmente inoperante, é o que mais fala sobre os mais diversos assuntos. Apelidado também, de professor de Deus, Tolentino não apresentou nenhum projeto em cinco anos de mandato que beneficie o Oeste do Paraná".

Sr. Presidente e Srs. Deputados, eu posso até concordar que o jornal tenha a opinião de que o Deputado Fidelcino Tolentino seja chato, porque isso é conceito subjetivo que se faz de uma pessoa. Mas, Sr. Presidente, a deslavada mentira de que o Deputado Fidelcino Tolentino é inoperante, a Casa não pode aceitar. A deslavada mentira de que o Deputado Fidelcino Tolentino não apresentou um projeto: em cinco anos, é este jornal não se pegar e não ter amor à verdade.

Porque Sr. Presidente, é fato notório no Oeste do Paraná e nesta Casa, que Fidelcino Tolentino é o mais intransigente defensor dos interesses do Oeste do Paraná.

E os dados estatísticos estão aí. Neste mês de agosto esta Casa aprovou três emendas à Constituição Estadual de autoria deste Deputado.

Portanto, Sr. Presidente, não podemos em hipótese alguma aceitar que a liberdade de imprensa seja tão mal utilizada por alguns, por aqueles que têm interesse, que realmente não exista democracia; por aqueles que crescem como este jornal cresceu, nos regimes de exceção.

Porque sendo para bajular os poderosos, é muito fácil. Para atacar os opositoristas é muito simples.

Portanto, Sr. Presidente, quero deixar consignado aqui em nome da Liderança do M.D.B., o nosso veemente protesto em não aceitar de maneira alguma esta notícia.

E dizer mais, Sr. Presidente, que embora saibamos que este jornal seja de propriedade do Prefeito de Cascavel, não viemos à tribuna para fazer qualquer referência com o episódio que envolve em caráter pessoal e não administrativo, aquele homem público.

Vimos à tribuna, Sr. Presidente, para dizer que este jornal deveria, isto sim, divulgar, vamos dizer assim, a verdadeira espoliação que o contribuinte de Cascavel está sofrendo.

Em 1977, o Prefeito de Cascavel propôs uma elevação de impostos que chegava à ordem de 300 a 800%. A Câmara Municipal, tentando defender o contribuinte de Cascavel, elaborou uma lei, a Lei n.º 377, que limitou a elevação aos níveis de inflação. O Prefeito, inconformado, entrou com um mandato de segurança que acabou tendo uma suspensão liminar da lei, e mais tarde foi confirmado.

Ocorre, Sr. Presidente, que até a presente data aquele despacho, despacho liminar, não foi publicado no "Diário da Justiça". Portanto, não gerou qualquer efeito legal. E, neste momento, o Tribunal de Justiça está informando a um dos Vereadores de Cascavel, Vereador Marcos Formigueri, que não houve a tal publicação no Diário da Justiça. Como se não bastasse, a representação de inconstitucionalidade foi julgada no dia 23 de junho de 1978, tendo o Tribunal de Justiça decidido pelo venerando Acórdão n.º 15.544, que lhe competia declarar, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, a inconstitucionalidade da Lei. Mas, complementava o Acórdão que deveria se oficiar à Assembléia Legislativa, para que esta Casa, na competência do artigo 22 da Constituição, efetivamente, suspendesse a lei.

Até o presente momento, esta Assembléia não votou nenhuma proposição de resolução, com a finalidade de suspender a vigência da Lei n.º 377, do Município de Cascavel. Ora, se até agora não foi e nem poderá mais ser publicado o despacho liminar e, data vênua, havia determinado a suspensão da lei municipal de Cascavel, e se esta augusta Assembléia, igualmente, deixou de tomar qualquer iniciativa para suspender a vigência da lei municipal, forçoso é concluir que esta lei está em vigor.

Ocorre, Sr. Presidente, que a Prefeitura Municipal de Cascavel vem executando contribuintes, amparados no exagerado e arbitrário aumento de impostos de que o Prefeito, em 1977, propôs no Orçamento e passou a cobrar. A Câmara de Cascavel, o órgão Legislativo competente, elaborou uma lei limitando o aumento aos índices de inflação. Esta lei foi declarada inconstitucional pelo Tribunal, mas não foi suspensa. Porque quem o poder, realmente, de suspender uma lei, num município, é a Assembléia Legislativa. O Tribunal só decidiu. Mas a Assembléia não tomou ainda esta decisão. Portanto, a Lei n.º 377 está em vigor em Cascavel e o Prefeito desconhece e está executando os contribuintes em aumentos de até 800%.

Portanto, Sr. Presidente, está aí uma grave irregularidade contra os contribuintes do Município de Cascavel. Porque entendemos nós, Representantes do Legislativo Estadual, que se os Vereadores de Cascavel, em sua grande maioria, do MDB lá tem minoria; se os membros da ARENA entenderam de que o aumento de até 800% se constituía num abuso e elaboraram uma lei para limitar os índices da inflação, parece-me que esta lei era, acima de tudo, justa, acima de tudo, visando defender o contribuinte, este contribuinte que vem sendo espoliado, que vem sendo explorado.

Até que a lei não seja suspensa, o projeto de lei elaborado pela Câmara Municipal de Cascavel, deve ser respeitado. Vejo aí, Sr. Presidente, então, uma grave irregularidade, que vai ser apreciada por nossa Bancada. E após a nossa decisão, possivelmente estaremos pleiteando para que o Governo do Estado, vá constatar esta grave irregularidade, de o Prefeito não obedeceu uma lei da Câmara Municipal, que ainda está em vigor, muito embora houvesse o Tribunal declarado a sua inconstitucionalidade.

O Sr. Nelson Friedrich — Vossa Excelência permite um aparte? — (Assentimento).

Tão somente, ilustre Deputado, para dizer e consignar nos Anais nessa minha intercessão de que efetivamente não é só privilégio do mandatário máximo do Município de Cascavel. Principalmente na nossa região, o oeste inteiro, nós temos sentido e auscultado as reclamações, que a grande maioria dos Prefeitos têm demonstrado uma tendência em escapular aos ditames legais ao bom senso, à presença da melhor justiça em seus atos. Isso acontece efetivamente, em Cascavel; isso se passa em Toledo e tantos outros municípios, onde se tem ainda a impressão, de que aqueles mandatários, buscam transformar os seus cargos, em mini-ditaduras, impositivas como se o Poder Legislativo fosse hipertrofiador de tudo, e fazendo com que as câmaras municipais quando buscam a independência tão necessária e que compõe o seu poder, são a rigor, subjulgadas tais câmaras, a uma constante crítica e até perseguição dos Senhores Prefeitos Municipais da área. Portanto, não é só privilégio de Cascavel. Principalmente na região onde conheço bem, há uma grande maioria de municípios, cujos condutores, buscam à revelia da melhor lei, do bom senso do Direito e da Justiça, agir como se fossem plenipotenciários, de tudo e de todos.

Muito obrigado.

O SR. NILSO SQUAREZI — Muito obrigado, nobre Deputado.

O que me trouxe à tribuna realmente, foi refutar essa notícia do jornal.

Eu não posso aceitar que o Deputado Fidelcino seja inoperante. E quero deixar, para reavivar a memória da Casa, que o Deputado Fidelcino é autor dos seguintes projetos: "Autorizando o asfaltamento do acesso a Cascavel; transferindo ao DER a conservação da estrada Capitão Leônidas Marques-Cascavel; declarando de utilidade pública o sindicato Rural de Guaraniçu; transferindo do DER a conservação da Estrada de Guaraniçu-Altamira; autorizando a retificação e asfaltamento da Estrada Cascavel-Formosa; da Estrada Céu Azul-Santa Helena; da Estrada Capanema-Capitão Leônidas Marques; da Es-

trada Capanema-Capitão Leônidas Marques-Aparecidinha, incluindo a construção de uma ponte sobre o Rio Andrade; co-autor do projeto 66/77 elevando para 15, o número de vereadores de Cascavel; e de emendas ao projeto de Lei n.º 143/75, adequando o dispositivo do Código de Organização e Divisões Judiciais, bem como, o de n.º 75/78, estendendo os benefícios da Lei n.º 7.020, aos débitos do ICM já processados administrativamente. Autor também, de quase uma centena de requerimentos aprovados em plenário, solicitando agências do Banco do Estado do Paraná, Banco do Brasil, Bamerindus e outros estabelecimentos de crédito, Postos de Saúde, Rede Telefônica, eletrificação rural, construção de salas de aula, agências de rendas, delegacias de polícia e inúmeros outros benefícios para diversas localidades da região que representa na Assembléia Legislativa.

E ainda, Sr. Presidente, em 1979, nesse ano, teve aprovadas três emendas à Constituição. Apresentou projetos de lei elevando para 21 o número de vereadores de Cascavel; criando o Hospital Regional do Servidor, em Cascavel e o de n.º 70/79, criando o Município de Cafelândia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador)
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Deputado Luiz Alberto Oliveira, inscrito.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Pela vez primeira, por deferência especial do nobre Líder da Bancada da ARENA, ocupo este horário, para encaminhar apelo às autoridades monetárias nacionais, no sentido de que sejam autorizados, às Prefeituras Municipais, financiamentos para aquisição de maquinário rodoviário, com os mesmos juros aplicados nas operações agrícolas. E justifico o requerimento, da seguinte forma: (lê)

“Senhor Presidente.

Requer o envio de apelo desta Casa ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Presidente do Banco Central e ao Conselho Monetário Nacional no sentido de que sejam autorizados financiamentos às Prefeituras Municipais com os mesmos juros dos financiamentos agrícolas.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam enviados expedientes às autoridades acima nominadas para que sejam autorizadas às Prefeituras Municipais, a aplicação dos mesmos percentuais dos juros subsidiados dos agricultores que adquirem máquinas agrícolas, quando se trata da aquisição de maquinário destinado a construção e manutenção de estradas municipais.

Requer, outrossim, que do inteiro teor deste seja enviado ao Senhor Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, aos Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais das Micro-Regiões Oeste e Sudoeste do Paraná.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

Um dos grandes problemas do atual modelo de desenvolvimento brasileiro é a concentração de recursos nas mãos dos órgãos federais, em detrimento, principalmente dos municípios.

Tal situação é tão grave que homens dos dois Partidos estão unidos e pleiteiam uma emenda constitucional que possa reformular a atual sistemática tributária nacional. Aqui mesmo nesta Casa, tem sido feitos pronunciamentos condenando o centralismo federal.

Alguns dados dão a dimensão exata desse quadro: dos recursos arrecadados no Município, 55% vão para a União, 30% para o Estado e 15% para o município. João Carlos Vital, no oitavo Congresso de Tribunais de Contas do País oficiou que

de acordo com a atual sistemática, as quantias arrecadadas nos municípios são insuficientes sequer para remunerar seus funcionários. Estes são alguns dados que levam os prefeitos e outras autoridades a declararem, quase todos os dias, publicamente, a falência dos municípios.

Na verdade no Paraná, Estado eminentemente agrícola, a quase totalidade dos municípios tem no setor rodoviário seu maior e mais grave problema, pois sem recursos para adquirir à vista, máquinas, tratores e patrôas para a abertura e conservação de estradas municipais, destinadas a dar condições de escoamento das safras, necessitam recorrer a bancos e financeiras para a melhoria do seu parque rodoviário. E nessas instituições financeiras ficam os administradores municipais sujeitos a pagarem juros elevadíssimos comprometendo ainda mais o precário equilíbrio das finanças públicas municipais.

Triste o dilema dos Senhores Prefeitos: se não adquirirem equipamentos rodoviários não conseguem sequer manter em boas condições suas vias de escoamento de produção e se os adquirem por financeiras, endividam de forma irremediável os seus municípios, ainda mais que, pela atual Constituição não possuem condições de criar receitas próprias do município.

Mas para que servem esses equipamentos rodoviários municipais? A resposta é insofismável: para a abertura, a conservação e melhoria das estradas municipais que vão garantir ao agricultor a possibilidade de transporte de seu produto agrícola. Ora, se o Governo Federal financia com juros subsidiados os agricultores para a aquisição de máquinas agrícolas a fim de aumentar a produtividade de suas áreas, nada mais justo que também financie da mesma forma as Prefeituras que vão com suas máquinas garantir o escoamento dessa produção.

Pelas características da economia paranaense, onde a nossa riqueza agrícola se espalha pelo interior, de nada adiantariam estradas asfaltadas, somente. É preciso levar estradas em boas condições até a porta do agricultor, até o lado de seu sítio. Estradas que garantam o tráfego em qualquer condição: com chuva, sol ou lamas. Isto os Senhores Prefeitos têm feito com enorme dificuldade. Creio que se adotada esta sugestão, melhorar-se-ia sensivelmente, os equipamentos rodoviários municipais e, via de consequência, as estradas para os homens que no anonimato do trato da terra, alimentam os brasileiros das cidades e contribuem para o desenvolvimento nacional.”

O Sr. Palácios — Vossa Excelência permite um aparte? —

(Assentimento).

Nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira. Eu, como os demais Pares desta Casa, sempre o vemos como um dos brilhantes Deputados que aqui temos e, pela exposição, pela forma da exposição de Vossa Excelência nada mais vem do que comprovar isto, e também pelo assunto que Vossa Excelência vem ora levantar, que, de início tem o meu integral apoio, porque hoje, no Paraná e outros municípios brasileiros, uma das dificuldades que têm os nossos municípios, — principalmente os pequenos municípios, que são a maior parte que compõem o nosso Estado —, têm encontrado grandes dificuldades, muito grandes, com relação à conservação de rodovias o que os leva, às vezes, e muitas vezes, a bater quase que mendigando às portas do Governo do Estado do Paraná, para que ceda uma máquina para complementar o serviço de outras máquinas que compõem o seu parque de máquinas rodoviárias nas Prefeituras.

E isto, acredito que, sendo atendida a reivindicação de Vossa Excelência, daria condições a essas Prefeituras, com o subsidiamento solicitado para que eles se equipassem para que pudessem atender, ou pelo menos, minimizar os efeitos danosos de uma rodovia mal conservada.

A medida proposta por Vossa Excelência é de alto alcance por atender, realmente, uma faixa muito grande de municípios. E deixaria de sobrecarregar o próprio órgão estadual responsável pela conservação de estradas que, normalmente

tem também o seu maquinário dimensionado para aquelas rodovias que já compõem o plano rodoviário estadual. E ao retirar máquinas para atender as Prefeituras, poderiam, em maior escala, atender suas próprias rodovias.

E a Prefeitura passando a ter mais condições de trabalhar nesse sentido, traria maiores conveniências ao seu município, ao próprio Estado, porque atenderia, inclusive, de imediato, porque não sofreria as ingerências da burocracia que, hoje, já discutimos, nesta Casa. Poderia atender, de imediato, às necessidades de seu município.

Na realidade, os juros que as Prefeituras pagam, hoje, por suas máquinas são juros, que, como disse Vossa Excelência, vem onerar ainda mais os minguados Orçamentos de nossas Prefeituras.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência concedeu-me. O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Eu que agradeço o aparte de Vossa Excelência que, com dados técnicos, vem enriquecer este modesto pronunciamento.

O Sr. Deni Schwartz — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, quero antecipar o apoio ao requerimento de Vossa Excelência, porque, realmente, é estranho que até hoje, os bancos não recebam subsídios para passarem a juros baratos os financiamentos às Prefeituras.

Realmente, quando tantos investimentos são subsidiados, têm juros subsidiados, é impressionante o fato de não ter sido, até o momento, subsídios para investimentos às Prefeituras. Agora, ainda, o Governo teve, a juros de 5% ao ano, mais correção monetária, de passar uma verba vultuosa ao Grupo Atala, para evitar o problema social de Porecatu.

E nada mais justo que se subsidiasse os juros dos investimentos às Prefeituras, uma vez que o maior órgão social ainda existente neste País é ainda a Prefeitura. Todas as prefeituras têm uma atuação a nível social muito grande.

Por isso, antecipo, desde já, o meu voto favorável ao requerimento de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço, nobre Deputado, o aparte de Vossa Excelência. E lembro, que Vossa Excelência já havia focalizado, em outras ocasiões, esse mesmo assunto. E esse dado de que até indústrias, neste País, recebem financiamentos em condições melhores que as prefeituras; realmente, é um dado estarrecedor. Porque, as Prefeituras, especialmente no setor rodoviário, se dedicam a um atendimento de uma comuna onde o número da população é muito maior, na maioria dos casos, do que o abrigo que possa dar uma indústria a algumas centenas de famílias.

Portanto, seria mais lógico, mais correto, dar-se o financiamento subsidiado à prefeitura para poder abrir estradas, para beneficiar centenas de milhares de agricultores do que subsidiar-se, às vezes, conglomerados industriais, que beneficiam algumas centenas de assalariados.

O Sr. Gilberto Carvalho — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, cumprimento Vossa Excelência pelo brilhante pronunciamento que faz nesta tarde, lembrando, em boa hora, esta proposição que apresenta, e que não sei porque, até hoje, não se pensou num financiamento com juros baixos às prefeituras. Vossa Excelência traz uns dados: 55% arrecadado pelo Governo Federal, 35% pelo Governo do Estado e 15%, pelo município.

Hoje, na reunião em que participávamos da Secretaria da Administração, comentava-se que é preciso valorizar o município, porque o povo não vive no espaço, e sim no município, no qual o Governo Federal tem centralizado todos os recursos. Nós vimos quando se criou a possibilidade das prefeituras adquirirem máquinas através do PASEP, foi uma correria. Quando os prefeitos descobriram o quanto custava aquele dinheiro, hoje ninguém mais quer saber do PASEP, mas

infelizmente, nós estamos assistindo algumas prefeituras pleitearem empréstimos de financeiras para pagar funcionários municipais por falta de recursos. É preciso que venha uma reforma tributária o mais rápido possível, mas até que venha essa reforma tributária é preciso que venha uma nova legislação; é preciso que isso ocorra, que se tomem medidas urgentes, principalmente essas, na aquisição das máquinas para as prefeituras, as quais bem equipadas, terão condições de dar melhor atendimento ao seu município, poderão firmar maior número de convênios, junto também ao DER, Secretaria dos Transportes, na construção de melhores estradas, convênio PROSAFRA, que traz grande benefício ao município e esse dinheiro entregue pelo Governo do Estado, é muito melhor aplicado, porque é uma administração direta do prefeito, é uma administração dentro do município, mas é preciso que se dê condições. Por isso, cumprimento Vossa Excelência com o seu pronunciamento que, se atendido, será de grande benefício para os municípios paranaenses e brasileiros.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que, como o Deputado Deni Schwartz, também foi Prefeito Municipal deste Paraná e Vossa Excelência como a Casa, sabem, os municípios do Paraná e do Brasil, realmente hoje estão sobrecarregados em termos de atendimento às suas populações, para pleitear um telefone, por exemplo, para um distrito pequeno, como o Distrito de Palmeirinha, em Itapejara do Oeste.

É preciso a participação financeira do município, para implantar a reforma de ensino no primeiro grau, em função da Lei n.º 5.692. Precisamos verificar os municípios que se socorrem de verbas pequenas que a Fundação Educacional do Estado do Paraná, dá aos municípios, para que possam pagar, muitas vezes, salários irrisórios, às mestras que lecionam nas mais isoladas casas escolares do interior do Paraná. Por isso, é preciso, cada vez mais, que todos nós tenhamos consciência que na base do Brasil, na base de uma Nação, está o município que precisa ser constantemente apoiado por todos nós.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei de autoria do Sr. Deputado João Elísio, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — Apoiados. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 84/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CORTES, que reduz os acréscimos que incidem sobre contribuições previdenciárias em atraso, junto ao Instituto de Previdência do Estado - IPE. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 85/79, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância", da cidade de Matelândia. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86/79, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que declara de utilidade pública a "Fundação Educacional de Foz do Iguaçu - FUNEFI". Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 88/79 - de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública a "Liga das Damas de Caridade de Jandaia do Sul", com sede e foro na Cidade de Jandaia do Sul. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 92/79 - de autoria do Deputado AIRTON CORDEIRO, que declara de utilidade pública a "Associação Assistencial Nossa Senhora do Rosário", com sede e foro na Cidade de Paranaguá. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mensagem Governamental n.º 69/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social e municípios especificados, objetivando a distribuição gratuita de produtos farmacêuticos da linha básica de Saúde Pública. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. LINEU TURRA — Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Defiro.

Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se. (Pausa).

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

19 Srs. Deputados o aprovam;

nenhum Deputado o rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 29, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO — 1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/79;

1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 73 e 74/79, e dos Projetos de Lei n.ºs 130/77, 35/79, 81/79, 89/79.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 92/79.

Levanta-se a sessão.

ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA:

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

DECRETO LEGISLATIVO N.º 501/79

designar LILIAN MARY REBELLO, matrícula n.º 437, ocupante do cargo de nível PL"26", da Série de Classes de Taquígrafo, do Grupo Ocupacional de Taquigrafia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Taquigrafia, do Departamento Legislativo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 06 de agosto a 05 de setembro de 1.979, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 502/79

I — revogar o Decreto Legislativo n.º 287/79, de 28 de março de 1.979, na parte que se refere ao funcionário RUBENS DAMAS, matrícula n.º 371, ocupante do cargo de nível PL"23", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que designou para exercer as funções

de Chefe da Seção de Cadastro Patrimonial e Tombamento, do Departamento Administrativo;

II — atribuir ao funcionário acima mencionado, a Função Gratificada, símbolo 4-F, de Agente de Segurança;

III — designar o funcionário JOSÉ ALVES GUIMARÃES, matrícula n.º 092, ocupante do cargo de nível PL"15", da Série de Classes de Auxiliar de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Seção de Cadastro Patrimonial e Tombamento, do Departamento Administrativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 503/79

atribuir ao funcionário MANOEL DIAS, ora à disposição deste Poder, a Função Gratificada, símbolo 5-F, de Motorista do Gabinete da Liderança do Governo, no período compreendido entre 1.º de maio a 31 de dezembro de 1.979.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 504/79

autorizar a permanência até 28 de fevereiro de 1.981, da funcionária CELINA BIANCHI, matrícula n.º 153, à disposição do Centro Social de Uvaranas, da Legião Brasileira de Assistência Social, de Ponta Grossa, sem prejuízo de seus vencimentos e vantagens.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 505/79

designar LUIZ CARLOS MONTEIRO, matrícula n.º 161, ocupante do cargo de nível PL"21", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe da Divisão de Imprensa Legislativa, do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes ao cargo, enquanto perdurar o afastamento do titular, no período compreendido entre 03 de agosto a 02 de setembro de 1.979.

Palácio "XIX de Dezembro", em 28/08/1.979

FABIANO BRAGA CÔRTEZ — Presidente

BASÍLIO ZANUSSO — 1.º Secretário

DOMÍCIO SCARAMELLA — 2.º Secretário

ATOS DA DIRETORIA GERAL

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

PORTARIA N.º 612/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de JOSÉ SUPPLY DE LACERDA, matrícula n.º 314, ocupante do cargo de nível PL"28", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, do Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.978, que deixou de gozar.

PORTARIA N.º 613/79

autorizar DARCY BUENO DE MELO, contratada deste Poder, a prestar serviço extraordinário, percebendo setenta (70) horas extras mensais, no período compreendido entre 12 de julho a 31 de dezembro de 1.979, no Gabinete da Presidência.

ção, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

PORTARIA N.º 621/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de ARACY ZECH, matrícula n.º 192, ocupante do cargo de nível "PL"18", da Série de Classes de Oficial de Administração, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de quatro (04) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.977 e 1.978, que deixou de gozar.

PORTARIA N.º 622/79

conceder à funcionária IZABEL FREITAS, matrícula n.º 534, ocupante do cargo de nível PL"22",

da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, vinte (20) dias de licença para tratamento de saúde a partir de 13 de agosto de 1.979.

PORTARIA N.º 623/79

mandar contar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 150, da Lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1.970, alterado pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6.742, de 03 de dezembro de 1.975, em favor de LÉLIO GUIMARÃES SOTTO MAIOR, matrícula n.º 102, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.978, que deixou de gozar.

Gabinete da Diretoria Geral, em 28/08/79

ANTONIO SEBASTIÃO DA CUNHA GEBRAU
DIRETOR GERAL